
A EDUCAÇÃO ESCOLA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO POLÍTICO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS*

DOI 10.18224/frag.v30i4.8538

JANEIDE BISPO DOS SANTOS**

ANA PAULA ARAÚJO***

MARIZE DAMIANA MOURA BATISTA E BATISTA****

Resumo: este artigo apresenta resultados preliminares de ações de ensino, pesquisa e extensão, cujo objetivo é analisar os impactos do avanço do capital imobiliário sobre o território das comunidades tradicionais, situadas no espaço, atualmente, definido com bairro SIM, em Feira de Santana - BA. O trabalho é realizado pelo Colégio Estadual Professora Tecla Mello em parceria com o grupo de pesquisa Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O objeto de estudo, na conjuntura da sociedade contraditória, demarca a pedagogia histórico-crítica como teoria pedagógica que orienta a metodologia. Analisa o processo de formação do campesinato no contexto da sociedade capitalista e tem a questão agrária como estruturante das questões socioespaciais. Por fim, aborda a importância do trabalho pedagógico como possibilidade de formação dos camponeses como possibilidade de elevação da consciência social e elaboração de táticas para resistência em seus territórios.

Palavras-chave: Capital Imobiliário. Pedagogia Histórico-crítica. Comunidades Tradicionais. Questão Agrária. Espaço Geográfico.

* Recebido em: 15.09.2020. Aprovado em: 09.10.2020.

** Professora Adjunto do Departamento de Educação, Campus XI (Serrinha), lotada no Colegiado de Geografia, na área de Prática de Ensino e no Mestrado em Intervenção Educativa e Social (MPIES). Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE). E-mail: janeidebsantos@gmail.com.

*** Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação (DEDC) do Campus XI - Serrinha-Ba. E-mail: anapaulaa.lopes@hotmail.com

**** Professora Adjunto do Departamento de Educação, Campus XI (Serrinha), lotada no Colegiado de Geografia, na área de Prática de Ensino e no Mestrado em Intervenção Educativa e Social (MPIES). Vice líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE). E-mail: marizedamiana@gmail.com

Este artigo apresenta os resultados preliminares de ações realizadas por uma escola da educação básica, situada no município de Feira de Santana - BA, em parceria com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) através do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE). A ação foi desencadeada a partir das narrativas dos estudantes da escola, os quais revelam inúmeros conflitos territoriais no cotidiano vivido. Tais conflitos são decorrentes das grandes mudanças ocorridas no espaço das comunidades impostas pelo capital imobiliário que se estabelece no espaço das comunidades, materializado em condomínios residenciais de classe média e alta.

Estes novos moradores, bem como, o modelo de organização espacial da elite, cria estratégias para atingir os moradores das comunidades tradicionais que resistem viver em pequenos sítios e do modo de vida rural. Por se tratar de uma população nativa, que é pobre e negra, são sempre atacados pelos seguranças destes condomínios e observados pelos novos moradores como sujeitos perigosos. São considerados como os diferentes para aquele lugar. Vítimas da ideia social construída pelos novos moradores de que estão no lugar errado, mesmo tendo suas ancestralidades naquele espaço. Deste modo, os grupos sociais que resistem viver no espaço são uma espécie de resíduo de sujeira que precisa ser expulsa do local para dar a aparência social que o bairro exige.

Destarte, o processo de urbanização mediado pelo avanço do capital imobiliário sobre o leste de Feira de Santana, que ampliou o espaço do chamado bairro SIM, também tem gerado uma pressão dos agentes do capital imobiliário sobre as comunidades tradicionais que lá residem, acarretando a desterritorialização desses sujeitos. Nesse contexto, a atividade de extensão aqui apresentada, se debruça sobre a realidade do Bairro SIM, buscando compreender os impactos do capital imobiliário sobre as comunidades tradicionais, tendo em vista contribuir para uma construção de forma coletiva, com ações de enfrentamento, por meio de uma articulação e do protagonismo dos moradores nativos.

A ação articula universidade pública, escola estadual de educação básica e a comunidade local com o intuito de analisar os impactos promovidos pelo capital imobiliário sobre o território das comunidades tradicionais, situadas no espaço que constitui o atual bairro SIM em Feira de Santana (BA), bem como, levantar possibilidades de enfrentamento às condições socioespaciais vividas pelas comunidades. Além disso, pretende-se garantir os parâmetros da extensão a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão numa relação entre a universidade e educação básica, com intuito de que o conhecer escolar tenha sentido na prática social concreta dos estudantes.

Assim, no decorrer deste texto, trata-se, com mais detalhes, da conjuntura do objeto que está sendo analisado, da metodologia do trabalho, do referencial teórico que subsidia a compreensão do modo de vida camponês, no contexto do modo de produção capitalista, e traz alguns resultados das ações de extensão, realizadas a partir da parceria escola, universidade e comunidade.

A CONJUNTURA DO OBJETO E A METODOLOGIA

Para tratar dos impactos provenientes do avanço do capital imobiliário sobre a população camponesa, torna-se necessário tratar a questão na conjuntura socioespacial, demarcada pelo modo de produção capitalista. Os camponeses são sujeitos históricos que têm suas

trajetórias marcadas por uma organização socioespacial específica (o campesinato), no entanto, as suas condições de existência têm sido marcadas por diversos conflitos estabelecidos com a ordem hegemônica.

Em decorrência dessa conjuntura, as terras camponesas que constituem as várias comunidades tradicionais rurais, situadas à leste da cidade de Feira de Santana (BA), vêm sendo atingidas pelo avanço do capital imobiliário a partir da construção de inúmeros condomínios residenciais voltados às elites locais. Este movimento tem submetido muitos camponeses à desterritorialização.

Para entender a raiz dos conflitos socioespaciais vividos pelas pequenas comunidades tradicionais que resistem numa área, cuja urbanização foi institucionalizada por decreto municipal, antes da vida urbana se constituída, torna-se necessário trazer a conjuntura do objeto de conflitualidade, o território em disputa.

Até a década de 1980 o espaço que deu origem ao atual bairro do SIM era área rural pertencente ao distrito de Jaíba. No final da década de 1960, com o processo de implementação do Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana, muitas pessoas, em sua maioria, trabalhadores rurais expropriados da terra, se deslocaram de cidades do interior da Bahia, e de outras áreas da região Nordeste do Brasil, para a mencionada cidade em busca do sonhado emprego na indústria. Contudo, conforme lógica do capital, nem todas foram inseridas ao mercado de trabalho.

De acordo com Brito (2013), enquanto as autoridades locais estavam investindo em um projeto voltado para a urbanização e industrialização nos moldes da lógica desenvolvimentista, não empenharam esforços para diminuir a quantidade de mendigos que tinham as ruas como residência. Para Igor Santos (2007), o moderno, representado na indústria e nos ideais de uma cidade mais urbanizada, partia do princípio de que o progresso resultaria do sufocamento de tudo que fosse rural. Contraditoriamente, esta questão explodia na cidade com a elevação do alto índice de pessoas em situação de rua.

Ainda segundo Brito (2013), no final dos anos de 1960, um grupo de presbiterianos ecumênicos iniciou um trabalho social de acolhimento a população migrante a partir de uma casa de acolhimento, denominada de Serviço de Integração de Migrantes (SIM). A Prefeitura de Feira de Santana doou 16 tarefas e meia de terra na comunidade rural de Lagoa Salgada, no distrito de Jaíba, para edificação da sede do SIM, a qual foi inaugurada em 1974.

Neste contexto, o SIM nasceu com intuito de oferecer paliativos para uma questão central e estrutural do capitalismo, a questão agrária. Em decorrência desta questão fundiária, muitos sujeitos eram/são expulsos do campo, fato que gera outras questões que se reverberam sobre as cidades. A partir do projeto desenvolvimentista, a cidade de Feira de Santana se expandiu na década de 1990 em áreas rurais, situadas no entorno do SIM, ganharam infraestrutura e se tornaram valorizadas.

Do ponto de vista de Santo (2011), o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana (2000) deu à elite a condição de ser privilegiada, quando o mencionado (PDDU) diferenciou os bairros constituídos por pessoas com renda média e alta em relação aos de renda baixa. O bairro do SIM foi classificado com de renda média a alta. Na análise de Santos (2019), o setor imobiliário tem forte influência no valor da terra no Município, uma vez que, através de uma segregação velada, constroem-se condomínios de alta renda numa mesma área e condomínios de baixa ren-

da distantes daqueles de renda alta. De acordo com a Figura 1, a mancha de condomínios fechados construídos no leste da cidade de Feira de Santana entre 2010 e 2018 constitui a área de expansão urbana que denominada de bairro SIM. Contudo, a legislação que altera o nome da área e a classifica como urbana, não é o suficiente para destruir as formas de organização campesinas existentes naquele espaço, situação que gera os conflitos socioespaciais.

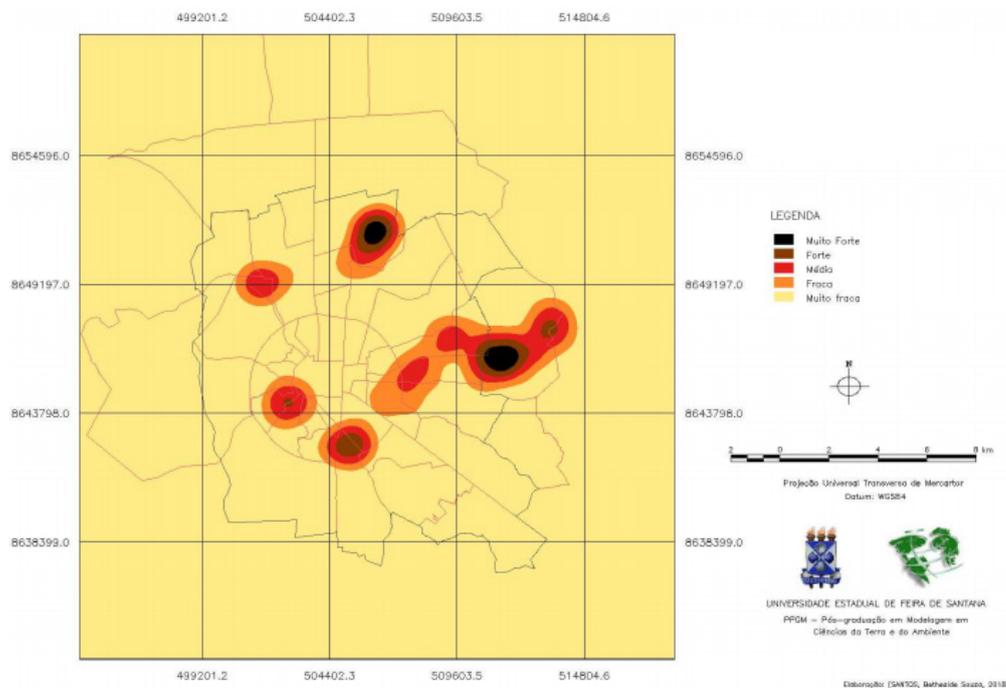


Figura 1: Mapa de concentração de condomínios fechados construídos em Feira de Santana (BA) entre 2010 e 2018
Fonte: Santos (2019)

Vale salientar que, a área do atual bairro do SIM se expandiu a partir do início do século XXI, mas foi impulsionada nos últimos dez anos com a ampliação do número de condomínios e a expansão territorial do bairro SIM sobre o espaço que era denominado de povoado de Registro, conforme Figuras 2 e 3.

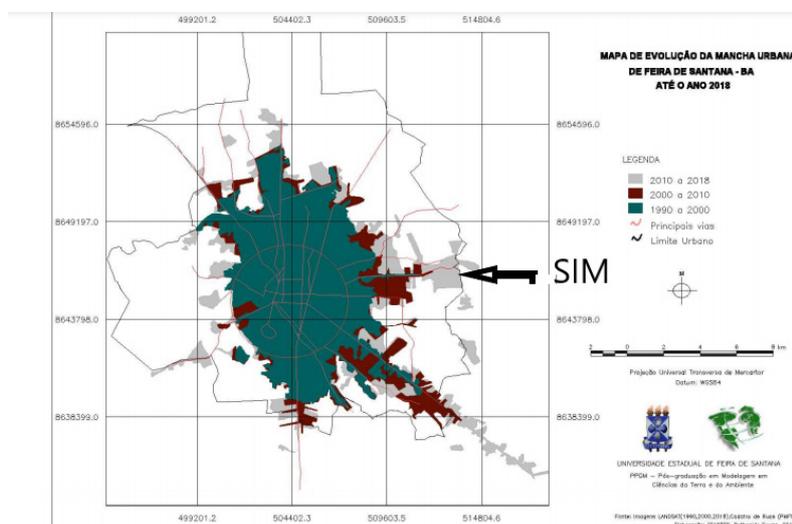


Figura 2: Mapa de evolução da mancha urbana de Feira de Santana (1990- 2018)
Fonte: Santos (2019)

misso com um ensino, pautado na realidade socioespacial concreta. A instituição está situada no bairro SIM e os seus estudantes são, sobretudo, moradores nativos das comunidades tradicionais que vivem os conflitos por terra e território.

Compreende-se que a questão agrária como estrutural. A terra não é só o lastro, mas, também, é a fonte da produção e da sociabilidade dos sujeitos. Retirando-a retira-se, ao mesmo tempo inúmeras outras dimensões da vida humana. A escola, além de ensinar conhecimentos clássicos, tão necessários à compreensão da realidade, precisa, além de mover os conhecimentos, dar retorno à prática social dos sujeitos em seus territórios.

Neste contexto conflituoso está em pauta projetos de desenvolvimento que se contrapõem. Assim, considerando a contraposição dos projetos de desenvolvimento estabelecida entre as comunidades tradicionais e o capital imobiliário, o projeto de extensão está sendo realizado por pesquisadores da UNEB, professores do Colégio Estadual Tecla Mello, estudantes da referida instituição, estudantes extensionistas da UNEB, vinculados ao curso de Geografia e ao Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES).

Durante todo o ano letivo de 2018, de forma aleatória, foi possível diagnosticar nas falas dos estudantes do Colégio Estadual Professora Tecla Mello, moradores das comunidades, atingidas pelo avanço do capital, várias questões socioterritoriais vividas. Dentre elas, destacam-se: expropriação da terra; avaliação vultosa dos imóveis em relação ao preço da terra em outras comunidades; construção de muros na frente das casas, impedindo a integração entre as comunidades; perda do território coletivo (lagoas, espaço das plantações, campos de futebol, casas de farinha e outros); limitação no acesso aos benefícios sociais; impossibilidade de continuar com atividades religiosas tradicionais; morte de moradores atropelados; perseguição dos moradores das comunidades por seguranças dos condomínios; visão estereotipada e preconceituosa dos moradores da comunidade pelos moradores dos condomínios, dentre outras questões. Compreende-se que estes dados, obtidos de forma esporádica nas falas dos estudantes, constituiu o diagnóstico inicial que apontaram para a necessidade de realizar este projeto de ensino, pesquisa e extensão que foi iniciado em março de 2019.

A metodologia está sendo pautada nos princípios da Pedagogia histórico-crítica. Esta compreende que as possibilidades de organização social dos indivíduos para responder a uma demanda oriundas da materialidade concreta, depende do conhecimento que estes têm apropriado em relação ao real. Compreende-se que, nestas relações sociais, a escola tem importância primordial. Cabe à educação escolar “propiciar aquisição dos instrumentos que possibilite acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2005, p. 13).

Isto implica em realizar trabalho pedagógico a partir de conceitos e métodos, cuja intenção é intervir nas estruturas psíquicas de cada estudante e morador da comunidade, para que estas se tornem funções psíquicas superiores em relação aos elementares (VIGOTSKI, 2007). Isto influencia na leitura de mundo e na forma como o indivíduo se relaciona com o seu entorno.

Para Martins (2013), o psiquismo é resultado da imagem da realidade objetiva que o indivíduo tem projetada no cérebro. Esta imagem é capturada pelos órgãos do sentido a partir das experiências intersubjetivas. Neste movimento, o que é processado pelo cérebro forma a ideia que o indivíduo tem sobre a mencionada realidade, ou seja, a consciência, depende da capacidade de ler e interpretar os fenômenos. O que foi apropriado retroage na existência concreta deste ser e o orienta na relação que é estabelecida consigo mesmo e com o

mundo. Quanto menos desenvolvidas são as funções psíquicas (sensação, percepção, atenção, memória, linguagem, pensamento, imaginação e emoção/sentimento), mais obscura será a imagem da realidade. Para Saviani (2009, p. 51), “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominados dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”.

De acordo com Saviani (2009), para a pedagogia histórico-crítica, a prática social dos estudantes e do professor, pautadas na materialidade concreta, estão em condições diferentes. O professor precisa ser o par mais desenvolvido. Enquanto os estudantes estão numa perspectiva sincrética, o professor precisa estar numa perspectiva sintética. Partindo desta condição, o professor provoca os estudantes para problematização, tendo em vista o levantamento das questões sociais da realidade objetiva e a identificação dos conhecimentos necessários para superar aquela realidade. Isto exige apropriação de instrumentos teóricos e práticos para equacionar os problemas detectados na prática social. A apropriação desses instrumentos pelos alunos depende da intervenção pedagógica do trabalho docente. Trata-se da apropriação das ferramentas necessárias às lutas sociais, tendo em vista a consciência em si e para si e a inserção na construção de outro projeto de sociedade.

Esta ação de extensão foi iniciada a partir de atos que visavam provocar os estudantes e a comunidade, para entender os motivos pelos quais os seus territórios estão sendo impactados, tendo em vista a lógica contraditória do modo capitalista de produção. Para explicar a questão na escala local, realizou-se quatro oficinas de memória do espaço na escola já mencionada, as oficinas foram mediadas pelas narrativas de 10 idosos, moradores das comunidades atingidas, cujas histórias têm vínculos de ancestralidade com a terra e o território.

Esta atividade teve a intenção de explicar o processo de produção do espaço, tendo em vista, elucidar a mudança da lógica do processo de produção, a partir do momento em que os agentes do capital passaram a ter interesses pelo espaço das comunidades tradicionais e projetar outra lógica para o mesmo, também, elevar o pensamento teórico sobre o papel das estruturas políticas, jurídicas e midiáticas, voltadas para atender ao grande projeto econômico do capital e da elite feirense, em detrimento da população nativa que vive historicamente naquelas comunidades. Os seja, os estudantes da escola e comunidade, precisavam entender que as construtoras não agem sozinhas.

As oficinas de memória deram subsídio para a elaboração da cartografia social das comunidades, mapear os pontos de resistência existentes no território disputado e encaminhar as ações pedagógicas do currículo escolar do Colégio Estadual Tecla Mello.

Após o desdobramento das oficinas, realizou-se seis rodas de conversas em seis comunidades que estão inseridas no território disputado, com objetivo de identificar as principais demandas emergentes da comunidade, tendo em vista, elaborar os projetos de intervenção e de oficinas temáticas com intuito de contribuir com a comunidade no enfrentamento às questões postas aos moradores. Nestas rodas de conversas saíram muitas demandas emergentes da comunidade, tais como: necessidade de orientação jurídica para rever as perdas das terras e o fechamento de caminhos de acesso às residências; formação nos princípios da agroecologia; necessidade de organização de cooperativas; elaboração tecnologias sociais conforme as demandas locais; formação para educação libertadora e mundo do trabalho: incubação de feiras livres como espaço de organização popular; formação política da juventude; e, elaboração de material didático explicando os impactos do avanço do capital imobiliário sobre os grupos tradicionais.

Notoriamente, a grande demanda levantada nas questões sociais da realidade objetiva das comunidades, requer dos camponeses formação para apropriação dos conhecimentos técnicos-científicos necessários na fundamentação das ações. Estas exigem táticas para enfrentar a realidade objetiva, cujos inimigos têm grande poder no âmbito local. Por demandar domínio de instrumentos teóricos e práticos para equacionar os problemas detectados na prática social, a ação de extensão foi direcionada para duas frentes pedagógicas que seriam realizadas em 2020: uma voltada para a comunidade e outra no currículo da escola.

Em decorrência da pandemia, as atividades que foram direcionadas para o ano de 2020 foram suspensas. Neste artigo, limita-se a apresentar os resultados das ações que foram realizadas em 2019.

A ANÁLISE TEÓRICA DA QUESTÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS FRENTE AO AVANÇO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO

Apesar da organização social camponesa ter recebido esta designação durante a Idade Média, na conjuntura do Feudalismo, a base da sua organização é mantida até os dias atuais. Para Shanin (2005), a essência do camponês como uma organização social específica, depende da presença de estabelecimentos rurais familiares constituídos a partir de uma unidade básica que integra a economia e a sociedade. A sua organização não é determinada por um dado modo de produção próprio, mas pelas condições de existência da organização social do grupo social atrelada ao modo de produção vigente. Neste sentido, estes grupos vivem na periferia do capitalismo. Apesar de ser uma relação conflituosa, o campesinato atual é resultado da contradição do capitalismo.

Os camponeses têm especificidades nas suas características sociais e econômicas, por isto, a presença deles traz implicações para qualquer sistema de organização societário no qual eles operem. Assim, “uma formação social dominada pelo capital, que abarque camponeses, difere daquelas em que não existem camponeses” (SHANIN, 2005, p. 14). Eles se constituem enquanto sujeitos históricos, pois compõem um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de seus membros.

Conforme o autor, o campesinato é um modo de vida. Para ele, o campesinato se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise posta pelo capital. Portanto, no capitalismo, os camponeses com ou sem consciência de classe, constituem um grupo social que vive numa lógica que se opõe à lógica do capital.

A formação do campesinato se originou dos problemas agrários posto para a população, sobretudo a população negra. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, compõem os elementos comuns a todas essas formas sociais. Mas, esta organização social, apesar de ser vista socialmente como economicamente frágil, sempre incomodou a dinâmica do projeto hegemônico, isto porque os camponeses são historicamente vistos como entraves, uma vez que as terras por eles ocupadas sempre “atrapalharam” o projeto de desenvolvimentista do capital. É desta forma que os moradores das comunidades tradicionais em análise estão sendo vistas. Assim, torna-se essencial o papel da escola da comunidade tratar esta questão no contexto da materialidade concreta.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o período entre os Censos Agropecuários de 1985 e de 1995, registrou-se a redução de cerca de quinhem-

tos mil estabelecimentos agrícolas cujos produtores eram arrendatários, parceiros ou ocupantes. Isto não foi acompanhado pela inserção destes sujeitos na terra, muito pelo contrário, levou-se à precarização das suas condições de trabalho, situação automaticamente estendida às condições de vida. Tal fato demarca as contradições do capitalismo que, à proporção que se desenvolve, coloca milhares de pessoas nas fileiras de condições de extrema pobreza, ficando de fora da terra. Fato que está associado à expansão urbana, ocorrida em Feira de Santana, neste mesmo período e que conduziu à construção do SIM.

Os conflitos oriundos desta realidade “sangrenta” têm sido divulgados no Caderno “Conflitos no Campo” organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A referida violência muitas vezes atinge os camponeses por meio das grandes obras e/ou por meio do uso de seus aparatos repressivos em defesa do tal desenvolvimento desigual.

De acordo com Oliveira (2004),

O direito vai sendo subvertido e a justiça ficando de um só lado, o reivindicado pelas classes dominantes. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra que é sabidamente pública. Como tal, ela não é passível do reconhecimento de posse. Entretanto, a justiça cega não vê porque não quer. Muitos magistrados apenas veem quando os camponeses em luta abrem para a sociedade civil a contradição da posse capitalista, ilegal pela Constituição. Porém, via de regra, o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injustiça. Aqueles que assassinam ou mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante estão sendo condenados, estão presos. Repetindo, é a subversão total do direito e da justiça (OLIVEIRA, 2004, p. 63).

Nota-se que as ações dos homens que deveriam colaborar com a justiça social a partir da legislação vigente, estão orquestradas na defesa dos interesses do capital. Assim, a justiça vai se configurando em injustiças. Colocam-se presos, ou são assassinados os homens e as mulheres que lutam por algo que é essencial para suas existências e que lhes foi usurpado, a terra.

Tal tática faz lembrar as estratégias usadas pelos senhores de terra contra os escravos que se rebelavam às condições sub-humanas que eram submetidos durante a escravidão, com uma diferença, os escravos não tinham direitos legais. Tal tática é uma forma de enfraquecer qualquer possibilidade de enfrentamento pelas classes que foram historicamente colocadas na condição de subserviência ao capital.

Na atualidade, a luta direta das comunidades tradicionais pela existência dos seus territórios, está também se colocando no enfrentamento dois projetos históricos divergentes. Tais divergências são resultantes das formas como estes sujeitos relacionam-se entre si e com a natureza, portanto, com a terra e com a produção. Pois, enquanto para o capital imobiliário a terra é o lugar da expansão do negócio, para os camponeses o território é elo familiar que expressa um emaranhado de relações socioterritoriais, destacando a cultura e a economia no conjunto das práticas sociais.

As intencionalidades dos processos produtivos seguem lógicas que se contradizem, pois a lógica do capital imobiliário é conduzida pela aplicação de grande fluxo de dinheiro com o intuito de produzir muitas mercadorias (casas) para serem comercializadas e gerar muito mais capital. O “espaço é a materialização da existência humana” (LEFEBVRE, 1991,

p. 102), é a totalidade homem e natureza, mas a natureza não está disponível, na mesma proporção, para os diferentes grupos de homens organizados em sociedade.

É neste contexto que está situado a principal trama da questão agrária, pois, as ações guiadas pela lógica do capital não têm limites, o desejo de ampliar os lucros é contínuo, não importa quantas pessoas serão atingidas pelo processo, nunca se chega a um nível de satisfação. Para o negócio expandir suas fronteiras econômicas, muitas vezes, exige que sejam ampliadas as fronteiras territoriais, e, ao longo da história, isto foi, e continua sendo feito a partir da expropriação das terras pertencentes aos camponeses e às comunidades tradicionais.

Os sujeitos submetidos à ordem criam e recriam, cotidianamente, estratégias de resistências. Elas são estabelecidas a partir de uma correlação de forças, sendo que a condição de existência de cada grupo dentro destes sistemas depende das estratégias e táticas por eles desenvolvidas.

Desse modo, o domínio do espaço é uma estratégia, mas a incansável luta cotidiana pela permanência se configura na tática, aí se estabelece um território, um campo de forças. Observa-se que o território é estabelecido a partir das disputas estabelecidas no espaço geográfico, que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993), mas a dinâmica estabelecida pelos homens, nas relações socioespaciais que conduzem o processo de produção do espaço, seguem interesses divergentes, é nestas divergências que se instala o território. A formação de territórios é sempre um processo resultante da fragmentação do espaço. Isto porque os seres necessitam construir seus espaços para garantirem suas existências, mas quando estes espaços passam a ser disputados, eles, além de espaço, também se configuram em territórios.

A terra é a base para a produção do espaço e do território, pois é nela, e na disputa por ela, que a trama social se desenrola a partir das disputas estabelecidas entre o campesinato e o agronegócio. Isto tem ocorrido porque o camponês não tem aceitado o avanço das “cercas” do latifúndio sobre suas terras, de forma “natural”, e com isto, tem se estabelecido uma linha tênue e um campo de tensão entre estas duas formas de organização.

Para Oliveira (1990) o campesinato no capitalismo é uma relação não capitalista construída a partir da reprodução ampliada do capital, que produz automaticamente relações sociais não capitalistas necessárias para a manutenção do próprio capitalismo. O autor compreende que o desenvolvimento do capital se faz de forma desigual e combinada, o que alimenta a manutenção de outras formas de organização social, incluindo entre elas o campesinato.

O capitalismo não se interessa em produzir o que não dá lucro, mesmo que se trate de elementos extremamente importantes para a sociedade, é aí que estão as brechas dadas para as outras organizações sociais se territorializarem a partir das contradições deixadas pelo próprio capitalismo. E, como já foi explicitada, a lógica do campesinato está na produção de gêneros, por meio do trabalho familiar, que auxilie na alimentação e no sustento da própria família.

De acordo com Shanin (2005), os camponeses diferem de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade, eles necessariamente relacionam-se e interagem com não camponeses, constituem uma organização social com autonomia parcial que, apesar de serem integrantes de uma história social mais ampla, no capitalismo, eles são integrantes do mesmo sistema, ainda que esta relação seja conflituosa.

Em função desta conjuntura, o campesinato é entendido como uma relação não capitalista na qual a propriedade é considerada como espaço de vida e de trabalho. Por isso

que, para o camponês, a detenção da propriedade privada familiar da terra não figura como representação mental da desigualdade entre os indivíduos, mas o encontro para a permanência de uma unidade estabelecida na relação entre família, trabalho e terra em condições menos perversas, com mais liberdade e autonomia (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Desse modo, as disputas entre campesinato e capital são estabelecidas entre lutas por território fundamentado num projeto de sociedade que tem concepções divergentes. Para Fernandes (2008), uma classe não se realiza no território de outra classe. O território camponês é marcado pela presença das pessoas e das suas múltiplas dimensões socioespaciais.

Trata-se de realidades tecidas por meio de relações situadas no capitalismo, sendo portanto contraditórias e conflituosas, pois o espaço é organizado de formas diferentes. São duas relações sociais que produzem territórios diferentes e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas, ou se apropriando de outros territórios do Estado.

Os territórios camponeses se territorializam resistindo ao território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado (FERNANDES, 2008). São disputas permanentes, pois as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, são também disputas político-ideológicas em defesa de projetos que se contradizem.

O TRABALHO PEDAGÓGICO COMO POSSIBILIDADE DE ELEVAÇÃO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

Considerando o movimento didático da pedagogia histórico-crítica e o conceito de espaço geográfico, os problemas de ordem socioespacial, relatados pelos estudantes do Colégio Estadual Tecla Mello, foram analisadas no cotidiano social. Nas oficinas de memória do espaço realizadas pelos moradores da comunidade, os estudantes e a comunidade construíram o mapa do que era o território das comunidades tradicionais antes do avanço do capital sobre o território e como este território ficou depois do avanço do capital imobiliário. Este mapa permitiu a problematizar a prática social da comunidade, considerando os determinantes históricos e sociais, bem como a identificação das táticas usadas pelo capital para se apropriar do território.

A partir das memórias, identificou-se algumas táticas usadas pelos agentes do capital que eram desconhecidas dos moradores: a grilagem de terras, a estratégia de valorização do espaço por meio do PDDU e a supervalorização dos imóveis quando ainda não tinha infraestrutura. Nestas memórias, vieram inúmeros relatos os conflitos vividos por famílias que têm relação ancestralmente com território. Terras estas que eram devolutas, mas, desde o início dos anos 1990, aparecem supostos proprietários, com documentação registrada em cartório, requerendo a posse das propriedades.

Assim, muitas famílias foram desterritorializadas pela força da violência policial. Nestes casos, houve judicialização da questão, mas perderam nos tribunais ou a questão está parada há anos. Já outras famílias que passaram pela mesma situação conflituosa, foram aliciadas a se contentar com uma suposta indenização das benfeitorias e convencidas a ficar em silêncio, pois não teriam como provar a propriedade da terra, uma vez que nunca tiveram os documentos. Notoriamente estes camponeses foram vítimas de uma organização criminosa que

acompanha o avanço do capital imobiliário, mapeando as terras devolutas e agindo sobre os moradores.

No que se refere à valorização dos imóveis, esta tática foi usual no final da década de 1990, antes do PDDU (2000). Os camponeses recebiam visitas de pessoas (agentes do capital imobiliário) interessadas na compra dos imóveis, mesmo estes não estando disponíveis para a venda. Como os camponeses não tinham conhecimento do que estava sendo negociado na relação entre os agentes do governo e o capital, eles achavam estranho o preço que os imóveis passaram ter em relação aos anos anteriores. Recebiam proposta de preço muito mais elevado do que o preço do mercado. Muitos camponeses viam a venda da propriedade como uma grande possibilidade de implementar um negócio na periferia da cidade.

Muitos sítios e chácaras foram sendo apropriados pelo capital imobiliário e guardados para se transformar em condomínio na última década. Contudo, o preço pago por muitas propriedades no final dos anos de 1990, não compra uma casa nos atuais condomínios. A valorização do solo do município, estabelecida pela prefeitura nos últimos anos, faz o bairro do SIM ter o preço do metro quadrado mais elevado do município de Feira de Santana.

A problematização destas questões foi analisada à luz do pensamento de Milton Santos nas obras: *a Natureza do espaço* (2012), *o Espaço do Cidadão* (2007) e *o Espaço Dividido* (2004). Este movimento didático permitiu que estudantes e comunidade avançasse do pensamento sincrético para uma análise sintética sobre a realidade social das comunidades. As explicações que eram aleatórias, se tornaram explicações científicas. O movimento didático partiu do princípio de fazer o levantamento das questões sociais da realidade objetiva e a identificar os conhecimentos necessários para explicar aquela realidade.

Isto exige apropriação de instrumentos teóricos e práticos para equacionar os problemas detectados na prática social. A apropriação desses instrumentos pelos alunos depende da intervenção pedagógica do trabalho docente. Trata-se da apropriação das ferramentas necessárias às lutas sociais, tendo em vista a consciência em si e para si e a inserção na construção de outro projeto de sociedade.

Após a compreensão explícita dos processos do capital, se fez o retorno à memória social do território tendo em vista levantar o modo de vida nas comunidades antes e depois da chegada dos empreendimentos. Neste contexto, surgiram questões dúbias. De acordo com a síntese dos relatos, observa-se que, do mesmo modo que eles passaram ter acesso à várias linhas de transporte urbano e muitos adultos foram inseridos no mercado, como prestadores de serviços domésticos, zeladores, trabalhadores de mercados, lavadores de carros, jardineiros, ajudantes de pedreiros, pedreiros, dentre outras funções, também viram o espaço deixar de ser deles. Trata-se de uma relação objetiva que tem implicações subjetivas. Do mesmo modo que, tiveram a liberdade de ir e vir violentada pelos muros e pela violência dos vigias que fazem a segurança dos espaços que servem ao bem estar da burguesia que habita os condomínios.

A pergunta síntese que foi realizada no final das oficinas foi: por que o suposto desenvolvimento do bairro do SIM não atingiu os moradores da comunidade?

A resposta a esta pergunta exigiu que ela fosse problematizada a partir do referencial teórico que foi apresentado neste texto. Deste modo, as questões sociais sempre existiram, os camponeses viviam em condições de resistência ao projeto capitalista, desde o período escravista. No contexto atual, o território camponês passou a ser objeto de interesse do capital. Enquanto o projeto

de desenvolvimento estabelecido, tem critério de classe. Condição que não os incorpora, contudo os exclui de morar no espaço, mas servem como fornecedores de mão de obra barata.

As condições de existência destas comunidades dependerá das estratégias de resistência que serão adotadas a partir de atos coletivo. Isto perpassa por formação política, consciência social e a inserção na construção de outro projeto para a comunidade. Neste sentido, compreende-se que a contribuição que a escola da comunidade, em parceria com a UNEB poderá oferecer as condições teórica e metodológicas, bem como a formação política formação necessária para este território.

De modo geral, os resultados obtidos até aqui revelaram que a expansão do capital imobiliário sobre as comunidades tradicionais tem sido marcada por táticas que forçam a saída dos moradores de forma direta e indireta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos gerais, as primeiras ações do projeto de extensão surtiram efeito e possibilitaram contribuições importantes para as comunidades tradicionais do Bairro SIM, na cidade de Feira de Santana-BA. Houve uma aceitação e uma mobilização coletiva referente ao desejo de enfrentamento do contexto e da problemática que se coloca frente aos sujeitos que ocupam este espaço e disputam, cotidianamente, o território com o setor imobiliário.

Nesse sentido, a partir da escuta e da análise das narrativas dos sujeitos, torna-se evidente que a discussão sobre o projeto de desenvolvimento perpassa pela questão do direito a permanecer residindo no lugar, produção e reprodução das vidas, crenças, saberes e valores.

Todavia, os arranjos urbanos não devem cercar e nem retirar o direito de permanecer das comunidades tradicionais em seus espaços de origem. O avanço do capital imobiliário no bairro SIM trouxe problemas e conflitos de todos os vieses sociais, econômicos e culturais. A partir disso justifica-se a necessidade de retomar as próximas etapas do projeto de extensão, a fim de construir ações interventivas e pensar soluções eficazes, pautadas na perspectiva Freireana de ação-reflexão-ação, de forma coletiva e participativa, fomentando um processo de emancipação e protagonismo dos sujeitos.

SCHOOLING AND UNIVERSITY EXTENSION: STRATEGIES FOR POLITICAL STRENGTHENING OF TRADITIONAL COMMUNITIES

Abstract: this paper presents preliminary results of teaching, research, and extension actions, whose objective is to analyze the impacts of the advance of real estate capital on the territory of traditional communities, located in the space, currently defined as SIM neighborhood, in Feira de Santana - BA. The State School Professora Tecla Mello carried out the study in partnership with the research group from the Laboratory of Studies, Research and Extension in Geography and Education (LEPEGE) of the University of the State of Bahia (UNEB). The object of the study, in the context of the contradictory society, demarcates the historical-critical pedagogy as the pedagogical theory that guides the methodology. It analyzes the process of peasantry formation in the context of capitalist society, and it has the agrarian question as a structuring factor for socio-spatial issues. Finally, it addresses the importance of pedagogical work as a possibility for the formation of peasants as a possibility for raising social awareness and developing tactics for resistance in their territories.

Keywords: *Real estate capital. Historical-critical Pedagogy. Traditional Communities. Agrarian question. Geographical space.*

Referências

- BRASIL. Censo Agropecuário, 2006. Instituto de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- BRITO, Charlene José de. *Da assistência à resistência: ecumenismo presbiteriano, mendicância, migração e luta pela terra na Bahia (1968-1990)*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, Bahia, Brasil, 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas (SP): Unicamp, 2008.
- LEFEBVRE, Henry. *The Production of Space*. Cambridge, Mas: Blackwell Publishers, 1991.
- MARTINS, Lígia Márcia. *O Desenvolvimento do psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Campinas: Autores Associados, 2013.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros. *O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social*. Casa Amarela e Paz e terra, 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1990.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTO, Sandra Medeiros. *Planejamento Urbano de Feira de Santana (BA): Comparação entre os Planos Diretores de 1968 e 2000*. Revista Geográfica de América Central. Costa Rica, 2011.
- SANTOS, Bethsaide Souza. *Passado e futuro de Feira de Santana – BA: modelagem da dinâmica espacial do uso do solo entre 2000 e 2022*. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente. Feira de Santana, Bahia, Brasil, 2019.
- SANTOS, Igor Gomes dos. *Na Contramão do Sentido: Origens e Trajetórias do PT de Feira de Santana – Bahia (1979-2000)*. Dissertação (Mestrado) - UFF, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, 2007. p. 50.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas-SP: Autores Associados, 2019.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. *NERA*, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005.

VIGOTSKI, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.